



LER PARA EXISTIR: INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A LITERATURA E OS DIREITOS HUMANOS NA SALA DE AULA

Talita de Lima Orsi - Universidade Federal do Ceará
Cecilia Moraes Domingos - Universidade Federal do Ceará
Maíra Barbosa Pereira - Rede Municipal de Educação de Fortaleza

RESUMO

A leitura do mundo antecede a leitura da palavra, porém esta literária e compartilhada amplia as possibilidades de conscientização, criticidade, autonomia, responsabilidade e ação social. Nessa perspectiva, a experiência relatada busca a interdisciplinaridade de saberes das Ciências Humanas e de Língua Portuguesa em torno da temática dos direitos humanos e das desigualdades sociais. A sequência didática é desenvolvida em uma turma do 5º ano da rede municipal de Fortaleza e contempla as seguintes etapas: (i) diálogo sobre direitos humanos; (ii) análise das desigualdades sociais; (iii) reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes; (iv) leitura compartilhada do livro *Chuva de Tamarindos*, de Cupertino Freitas; (v) releitura livre da obra; e (vi) encontro com o autor. Os resultados preliminares indicam reflexão e apropriação significativa de conceitos e processos sociais, além da consolidação de habilidades voltadas à formação do leitor literário que só tem sentido se contextualizada de forma social, histórica e cultural.

Palavras-chave: Leitura Literária, Interdisciplinaridade, Direitos Humanos.

Introdução

Os direitos humanos são parte essencial e inerente à vida de cada indivíduo. Contudo, há sujeitos que desconhecem seus próprios direitos e, por isso, vivem de forma alienada, tornando-se suscetíveis à passividade e à aceitação da desigualdade social como algo natural. Diante desse cenário, ter direito significa buscar um espaço político e discursivo no qual os indivíduos possam viver com dignidade, entendendo-se que tal direito é construído de maneira coletiva e profunda, distanciando-se de debates superficiais (Arendt, 2012; Lafer, 1997). Portanto, é de extrema relevância que os sujeitos se tornem conscientes de seus direitos para que possam exercê-los plenamente.

Para aprofundar a discussão acerca do conhecimento sobre os direitos e dos saberes que contribuem para a construção de uma identidade crítica e transformadora das questões sociais,



a leitura literária e compartilhada revela-se um instrumento potente. Ela auxilia na organização, elaboração e interpretação de conceitos que antes disso podem não ser compreendidos. Nesse sentido, a escola constitui-se como o espaço que oferece essa ponte e possibilita às crianças atravessá-la, promovendo a ampliação de seus horizontes (Colomer, 2007 *apud* Bolognesi, 2012).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo propiciar que os alunos do 5º ano de uma escola da rede municipal de Fortaleza conheçam seus direitos e compreendam que, quando estes não são assegurados, os sujeitos são diretamente afetados pelas desigualdades sociais. Buscou-se desenvolver essa perspectiva por meio da leitura literária e compartilhada, que, segundo Bolognesi (2012), amplia o leque de recursos para a compreensão de uma obra e reforça o sentido da comunidade cultural.

O projeto fundamenta-se na interdisciplinaridade, que integra o movimento dialético e o torna presente no diálogo entre os conhecimentos das áreas de Ciências Humanas e de Língua Portuguesa, com o propósito de extrair novos indicadores das produções individuais e coletivas (Fazenda, 1994).

Por fim, esta produção busca aprofundar as reflexões sobre como a leitura literária e compartilhada pode transbordar e construir sentidos individuais e coletivos acerca dos direitos humanos e das desigualdades sociais. Como o projeto ainda se encontra em vias de conclusão, os resultados são discutidos a partir dos efeitos e desdobramentos observados até o momento; apresenta-se também as perspectivas de análise para os próximos passos.

Referencial Teórico

Ler o mundo é o primeiro passo para habitá-lo de forma consciente. Em sua reflexão sobre o ato de ler, Freire (1989) lembra que a leitura do mundo é sempre anterior à palavra; ela está nos gestos, nas ruas, nos olhares e se completa quando o sujeito transforma o que compreende em ação. Assim, o ato de ler ultrapassa a decifração dos signos, pois é um movimento de interpretação, escuta e pertencimento ao tempo e espaço em que se vive. Por isso, quando a escola abre espaço para a leitura literária, ela não apenas ensina palavras, mas ensina o próprio ato de existir com sentido.

Cosson (2006) afirma que cabe à literatura “tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em palavras intensamente humanas”. Em outras palavras, o texto literário nos empresta olhos, vozes e emoções para enxergar o que o cotidiano nos impede

de ver. O letramento literário, nessa perspectiva, é o processo de inserção do sujeito nesse universo simbólico e sensível, que o convida a compreender o outro e a reconhecer-se na linguagem. É também um exercício de escuta do texto, de si e do mundo.

Em sintonia com essa concepção, Bolognesi (2012) nos lembra que “ler é entrar em outros mundos possíveis”. Ao investigar as rodas de leitura, a autora mostra que o diálogo e o afeto são caminhos para que o aluno se torne partícipe da construção de sentidos. Ela afirma que “a leitura se faz significativa quando há espaço para a troca, para o questionamento e para a escuta”. Assim, o ato de ler em conjunto, de ouvir e ser ouvido, cria laços entre o texto e a experiência, entre a ficção e a vida. É nesse entrelaçamento que nasce o leitor crítico e autônomo, capaz de olhar o mundo com sensibilidade e pensar com profundidade.

De modo complementar, Rangel (2005) destaca que a leitura e a releitura, tanto no campo literário quanto no artístico, são atos de criação e não de reprodução. Para ela, “releitura não é cópia, mas recriação sob um novo olhar do observador”. Nesse sentido, cada releitura é um novo gesto de leitura do mundo, uma forma de expressão singular e criativa, que ressignifica a obra original a partir da experiência e da sensibilidade do leitor. A autora ainda enfatiza que “a leitura é sempre produção de significados: não é encontrar o sentido desejado pelo autor, mas constituir um novo sentido”. Assim, ao promover práticas de leitura e releitura, a escola favorece não apenas a compreensão de textos, mas a emergência de vozes autorais, de olhares próprios e de interpretações que revelam o sujeito como criador de sentidos.

Essa dimensão humana da leitura se aproxima da ideia de Arendt (2012), para quem o maior direito do ser humano é “o direito a ter direitos”. Ler sobre direitos é, nesse sentido, também um ato político e ético, pois ao reconhecer-se na palavra, o sujeito afirma sua existência e a dos outros. A literatura, quando atravessada pela perspectiva dos direitos humanos, permite que as desigualdades deixem de ser abstrações e passem a ser rostos, histórias e sentimentos. Ela nos ensina empatia e nos convida à responsabilidade social.

Mas compreender o humano exige mais do que uma única lente. Edgar Morin (2000) propõe uma educação que abrace a complexidade do mundo, tecendo pontes entre os saberes fragmentados. Para ele, “a cabeça bem-feita é aquela capaz de organizar os conhecimentos e dar-lhes sentido”. Nessa visão, a interdisciplinaridade não é apenas uma metodologia, mas uma forma de pensar, um modo de reconhecer que ciência, arte e ética são fios de uma mesma teia. Ao unir Ciências Humanas e Língua Portuguesa em torno da leitura literária e dos direitos

humanos, o trabalho pedagógico transforma o ato de aprender em um gesto de compreender o mundo em sua totalidade.

Assim, inspirada pelas autoras e autores aqui citados, a leitura compartilhada torna-se espaço de formação e encantamento. Quando o aluno lê com o outro, e não apenas para o outro ou para si, ele aprende que toda palavra é uma forma de presença e que compreender o texto é também compreender a vida. A leitura do mundo e da palavra, entrelaçadas, fazem da sala de aula um território de liberdade, crítica, sensibilidade e esperança. Assim, ao articular a leitura do mundo e da palavra, a interdisciplinaridade e os direitos humanos, o trabalho pedagógico com a literatura consolida a função social da escola como espaço de formação crítica, ética e emancipadora.

Metodologia

Segundo Minayo (2008), o caráter de uma pesquisa qualitativa abrange toda a riqueza de significados sociais que a realidade manifesta. Dessa forma, o presente projeto caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que o espaço e os sujeitos analisados não podem ser meramente quantificados em sua dimensão subjetiva.

O universo do estudo é composto por uma turma de 33 alunos do 5º ano de uma escola da rede municipal de Fortaleza, cuja faixa etária varia entre 10 e 12 anos de idade. A pesquisa adota como método uma sequência didática, com duração de dois meses (outubro e novembro), a qual articula conhecimentos das áreas de Ciências Humanas e de Língua Portuguesa. O objetivo é utilizar a interdisciplinaridade, a leitura literária e a leitura compartilhada como instrumentos para debater e promover reflexões relevantes acerca dos direitos humanos e das desigualdades sociais.

A sequência didática estrutura-se em seis etapas, das quais já foram efetivadas: (i) apresentação da origem e do conceito da Declaração Universal dos Direitos Humanos; (ii) análise das desigualdades sociais a partir do estudo dos direitos violados; (iii) reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes; e (iv) leitura compartilhada do livro “Chuva de Tamarindos”, de Cupertino Freitas. As etapas ainda a serem realizadas compreendem (v) releitura livre da obra “Chuva de Tamarindos”; e (vi) encontro com o autor, Cupertino Freitas.

A análise dos dados buscará compreender como as crianças internalizam os conhecimentos prévios à leitura sobre os direitos humanos e de que maneira os articulam com suas vivências e com o debate promovido pela obra literária.



Por fim, os caminhos percorridos até aqui, bem como os que ainda serão trilhados, fundamentam-se nas teorias de Freire (1989), Cosson (2006; 2014), Bolognesi (2012), Arendt (2012) e Morin (2000), aprofundadas no referencial teórico e retomadas na discussão dos resultados e nas considerações finais do trabalho.

Resultados e Discussões

Em relação aos resultados observou-se, nas atividades em grupo realizadas durante os momentos de estudo sobre os direitos humanos e as desigualdades sociais, uma crescente capacidade dos alunos em reconhecer situações de injustiça, bem como em propor reflexões e ações que podem transformar, de maneira significativa, suas atitudes e modos de agir em comunidade.

Esse movimento de conscientização dialoga diretamente com a perspectiva freireana (1989), uma vez que os estudantes passam a interpretar criticamente a realidade e a ressignificar suas experiências cotidianas a partir do conhecimento construído coletivamente.

Um exemplo desse avanço manifesta-se na forma como os estudantes conseguiram articular as desigualdades presentes em seus contextos de vida e nas experiências das pessoas ao seu redor, refletindo sobre como tais situações estão condicionadas por fatores histórico-sociais e sobre as possibilidades de superá-las gradualmente, em busca do pleno exercício de seus direitos. Essa articulação demonstra o que Morin (2000) denomina de pensamento complexo, no qual o sujeito compreende o mundo de forma integrada, reconhecendo as múltiplas dimensões que atravessam a realidade.

Durante a aula em que foram discutidos excertos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ficou evidente que os estudantes reconhecem que todos os direitos humanos fazem parte daquilo que precisa ser garantido à infância e adolescência e que, ao mesmo tempo, há direitos específicos dessa faixa etária, que passam, por exemplo, pela garantia de uma convivência familiar saudável e pela proibição do trabalho infantil. Tal reconhecimento reflete a noção de Arendt (2012) sobre “o direito a ter direitos”, revelando a compreensão de que a dignidade humana é uma construção coletiva e essencial à vida em sociedade.

A leitura compartilhada do livro está em andamento no momento da escrita deste trabalho. Pode-se afirmar, por ora, que elucida-se a situação do personagem que vive uma série de privações: fome, falta de escola, moradia precária, perdas familiares, entre outras. Na primeira roda de leitura, as crianças identificaram com facilidade e profundidade os direitos



feridos e as desigualdades sofridas pelo personagem principal, dando sentido à leitura coletiva e gerando, em decorrência disso, maior engajamento do grupo em torno da história. Nessa etapa da sequência didática, fica evidente que a leitura coletiva, como afirma Bolognesi (2012), cria laços entre o texto e a experiência e possibilita que o grupo olhe de maneira crítica e sensível para o mundo.

Além disso, conforme defende Cosson (2006), a literatura permite “tornar o mundo compreensível”, e é exatamente isso que se observa nos debates e nas interpretações feitas pelos alunos: a transformação da materialidade das desigualdades em palavras intensamente humanas. Esse processo reafirma também a interdisciplinaridade como propõe Fazenda (1994), no diálogo entre Ciências Humanas e Língua Portuguesa, que torna o aprendizado mais significativo e integrador.

Dessa maneira, ainda que a sequência didática esteja em andamento, os primeiros resultados apontam para um progresso relevante na compreensão dos conceitos de direitos humanos e desigualdade social. Os alunos demonstram maior consciência crítica e sensibilidade diante das problemáticas apresentadas, evidenciando uma ampliação no olhar sobre a realidade.

Em suma, espera-se que o desenvolvimento das próximas etapas da proposta didática desperte e favoreça uma internalização ainda mais profunda do tema. Além disso, prevê-se que a releitura da obra literária contribua para contextualizar as práticas educativas em torno das vivências desses estudantes, estimulando-os a refletir sobre suas próprias trajetórias e a vislumbrar possibilidades concretas de transformação pessoal e social.

Considerações Finais

Conclui-se que, enquanto sujeitos sociais, os alunos estão, gradualmente, construindo — conforme aponta Lafer (1997) — um espaço político e discursivo que lhes possibilita agir e refletir com dignidade. Essa construção manifesta-se no movimento dialético promovido pela interdisciplinaridade, como defende Fazenda (1994), por meio do qual os estudantes expressam suas leituras de mundo, demonstrando a capacidade de intervir na realidade e de ampliar o próprio conhecimento a partir de seus contextos social, cultural e histórico.

Diante disso, a leitura literária, quando vivenciada de forma compartilhada e interdisciplinar, promove aprendizagens significativas e contribui para a formação ética e cidadã dos alunos. O trabalho evidencia o potencial da literatura como instrumento de reflexão,



empatia e transformação social, reforçando o papel da escola na construção de uma cultura de afirmação e garantia dos direitos humanos.

Espera-se, na continuidade da pesquisa, aprofundar a análise das produções dos alunos e compreender os impactos duradouros dessa prática no desenvolvimento da consciência crítica e da formação do leitor literário. Além disso, a apresentação da releitura e diálogo com o autor sobre a obra lida pode proporcionar uma maior aproximação dos estudantes com a literatura como produção humana, que reflete o mundo em que se vive e, como lembraria Freire (1989), ensina não apenas a ler palavras, mas a ler a própria vida.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOLOGNESI, Priscila Maria Sbizera. **Rodas de leitura na escola: do envolvimento dos alunos aos processos de reflexão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa** (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LAFER, C.. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 55–65, maio 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

RANGEL, Valeska Bernardo. Releitura não é cópia: refletindo uma das possibilidades do fazer artístico. **Revista de Educação, Artes e Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 33–43, 2005. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).